

GOODWILL

* Marcos Vinícios Kucera



Quando se observa uma relação entre duas entidades sabemos que existem fortes componentes subjetivos. Nos investimentos de caráter permanente concebidos na Teoria da Contabilidade não é diferente, e o componente subjetivo desta relação, genericamente, refletido numa diferença para mais ou para menos sobre o valor pago pelo investimento, é denominado de “**goodwill**”.

Este trabalho tem como escopo o estudo dos principais conceitos de **goodwill**, que possui vários significados, entre eles, “boa vontade”, “fundo de comércio”, “chave de negócio”, entre outros, abordados na literatura pertinente à Teoria da Contabilidade.

A natureza do goodwill tem sido objeto de debate desde antes do fim do século XIX, porém a maior discussão está centrada no seu reconhecimento legal e na definição deste conceito.

A definição de goodwill e sua forma de mensuração é questão complexa e ainda não solucionada, tendo sido o primeiro trabalho escrito por Francis More, e utilizado junto à Sociedade dos Estudantes

de Contabilidade de Edinburgh, na Escócia, e publicado na revista *The Accountant*, em 1891.

CONCEITO

Segundo McCuller fatores como uma locação privilegiada, habitualidade de clientes, relações comerciais vantajosas, opiniões favoráveis de acionistas, eram consideradas como incrementos do valor do negócio. Yangd escrevia-os como atributos que devem contribuir como vantagem a um negócio. Desde então o conceito de goodwill tem adquirido força conceitual.

Kohler define o intangível como um “ativo de capital que não têm existência física, cujo valor é limitado pelos direitos e benefícios que antecipadamente sua posse confere aos proprietários”, como por exemplo marcas e patentes, certos investimentos de longo prazo e certos ativos de longo prazo que não têm existência física.

Assim, goodwill se apresenta genericamente como o valor subjetivo atribuído a um bem de capital sobre o qual se amparam expectativas de lucros futuros ou outros benefícios que indiretamente representem expectativas futuras de resultados.

Hendriksen aponta três conceitos de goodwill:

(1) Valorização do comportamento intangível da empresa.

Este conceito ocorre em função de uma localização vantajosa, boa reputação e nome, boa administração de negócios e outros fatores.

Quando o preço de compra excede a soma da avaliação individual de todos os ativos (exceto goodwill), este excesso que deve ser considerado como pagamento a esses atributos específicos e intangíveis, que não podem ser fixados individualmente a cada elemento.

Uma localização favorável, por exemplo, significa que a propriedade e edificações são mais valorizadas que uma propriedade similar em outro lugar. Uma excelente reputação e nome, ligados a um valorizado nome comercial e marca, boa administração de negócios e privilégios monopolistas, todavia, não são ligados necessariamente a ativos

específicos, mas representam atributos da empresa como um todo. No entanto, a avaliação do goodwill não pode ser computada pela simples adição à soma das partes.

Do excesso de valor pago efetivamente pelo investidor, uma parte deve ser atribuída a certos ativos tangíveis, outra deve compor o valor de certos ativos intangíveis e a parte remanescente representa os benefícios residuais que não podem ser associados a nenhum ativo e que se denomina goodwill.

Podemos citar como exemplo deste conceito, o caso de uma empresa que possui uma localização privilegiada, entre outras qualidades, para o escoamento de sua produção e recebimento de matéria-prima.

Se uma investidora se interessar em estabelecer uma relação de coligação ou controle sobre ela, provavelmente, o atributo localização será um componente do goodwill, e uma parcela do excesso de preço sobre a soma dos ativos líquidos valorados individualmente, a preço de mercado, será atribuída ao terreno e o restante, será agregado a outros ativos que também cotribuem para este excesso. A parte remanecente que não se pode associar a nenhum ativo específico será contabilizada como goodwill.

Neste conceito vale o axioma “*a soma das partes não é igual ao todo*”.

(2) Valor Presente dos Superlucros.

Neste conceito o goodwill aparece como **o valor presente descontado da expectativa de lucro futuro, considerando o retorno normal do montante do investimento não incluído o goodwill.**

O capital aplicado em goodwill é assumido como valor presente das expectativas de lucros futuros (ou pagamento equivalente realizado) em excesso, considerando um retorno normal (taxas de oportunidade) do empreendimento. Todavia, Hendriksen não considera este conceito como da natureza do goodwill, e sim como conceito de mensuração, o que o autor deste artigo não considera esta afirmativa como válida, pois todos os conceitos de goodwill são calcados em diferenças

matemáticas, porém, o que a caracteriza esses conceitos, não é a diferença, e sim, os aspectos subjetivos do cálculo dos fluxos de caixa atrelados aos atributos dos ativos.

A empresa é avaliada como um todo e este valor deve ser considerado subjetivamente pelo investidor, uma vez que depende basicamente das expectativas futuras de fluxo-de-caixa, bem como das taxas de oportunidade e risco esperados.

Como afirma Chambers o goodwill de uma entidade em continuidade (going concern), corre por conta do investidor e não da investida. Nenhum investidor, contador ou administrador pode avaliar correta e logicamente as contribuições ao fluxo de caixa futuro, relacionados aos aspectos subjetivos dos ativos tangíveis e intangíveis.

As constantes mudanças no ambiente econômico onde operam as empresas tornam esta avaliação pautada em suposições e expectativas de fatos ou situações que muitas vezes poderão não se concretizar. Muito embora a previsão, componha o atributo, talvez o de maior peso, nas tomadas de decisão, o fato é que a subjetividade destas avaliações é um fator que contribui sobremaneira ao aumento do risco, pois as possibilidades válidas para um empreendimento, hoje, podem não ser no futuro.

(3) Maior Avaliação Contábil.

Neste conceito goodwill é *o excesso de valor pago na aquisição do empreendimento como um todo, sobre a avaliação agregada dos ativos individuais líquidos tangíveis e intangíveis*; todos os ativos adicionam valor para empresa como um todo, em função da contribuição de resultados futuros e do fluxo-de-caixa esperado.

Todavia, o valor global da empresa deve ser associado a ativos específicos dando origem ao fluxo-de-caixa máximo. Se as expectativas deste fluxo aumentam, os valores de todos os ativos estão contribuindo para este incremento. Geralmente, não é possível alocar um valor para contribuição que cada ativo deu. Contas a receber podem ser valorados em termos de desconto das expectativas de recebimento, inventários podem ser avaliados em função do valor realizável líquido, mas terrenos, plantas e direitos não podem ser associados com expectativas de fluxo-de-caixa.

Os valores não alocados a ativos específicos serão registrados como goodwill. Frequentemente, todavia, nenhuma tentativa é feita no sentido de alocar o excesso de preço pago no negócio sobre o valor de ativos específicos, mesmo que o valor residual possa ser chamado de goodwill, ele é o menor dos atributos dos ativos intangíveis. Em vez disso, ele representa custos não alocados a ativos tangíveis e alguns intangíveis.

O que diferencia este conceito do de “comportamento intangível da empresa” é que neste pode-se identificar o goodwill pela contribuição que cada ativo deu, apropriando-se estas parcelas aos ativos, reduzindo-se o goodwill ao valor que não se pode apropriar a ativos específicos. No conceito de “maior avaliação contábil” o goodwill é contabilizado como um todo sem inferências às parcelas de contribuição que cada ativo deu, pois estas não são identificáveis por ativos específicos ou não há interesse em segregá-las.

Das definições citadas acima, a primeira e a segunda, usualmente, consideram os ativos separadamente por características específicas, enquanto a terceira, geralmente, não considera os ativos distintamente, mas sim, por suas características globais sobre o empreendimento, isto é, os ativos são valorados como um todo.

Na ótica de Iudícibus¹ são consideradas três perspectivas conceituais de goodwill:

(1) Como excesso de preço pago pela empresa na aquisição de um empreendimento ou patrimônio sobre o valor de mercado dos seus ativos líquidos.

Esta perspectiva se enquadra perfeitamente ao conceito (1) citado por Hendriksen.

(2) Como valor atual dos lucros futuros esperados, descontados por seus custos de oportunidade;

O mesmo comentário do item anterior com a diferença que se enquadra no conceito (2).

¹ IUDÍCIBUS, Sérgio. *Teoria da Contabilidade*. 4ª Edição. SP: Atlas. 1994 cit. p. 178

(3) Nas consolidações, como excesso de valor pago pela mãe por sua participação sobre os ativos líquidos da subsidiária.

Entendo que esta perspectiva não se enquadra com exatidão em nenhum dos conceitos citados por Hendriksen, embora o investimento seja avaliado como um todo, que é uma característica do conceito de maior avaliação contábil. Surge mais em função de ajustes ou eliminações na consolidação das demonstrações financeiras, por defasagens de mensuração, avaliação e tempo decorrido entre a aquisição do investimento, do que qualquer outro motivo que decorra de atributos relativos a goodwill.

Catlett² sumariza algumas características que distingue o goodwill de outros ativos:

- O valor do goodwill não é fidedigno;
- Fatores intangíveis individuais que podem contribuir como goodwill não podem ser valorados objetivamente;
- Goodwill abarca o negócio como um todo;
- O valor do goodwill pode, e estará fluando constantemente porque inúmeros fatores influenciam o seu valor;
- O goodwill não é utilizado nem consumido na produção de lucros;
- O goodwill parece ser um elemento de valor que recai diretamente sobre o investidor ou sócios no empreendimento.

Relacionamos abaixo alguns fatores que Catlett³ considera como atributos que contribuem ao poder de ganho da empresa:

- Administração superior;
- Eficiente administração ou organização de vendas;
- Ineficiência administrativa da concorrência;
- Boas relações no ambiente de trabalho;
- Boa reputação;
- Capacidade e preparo de pessoal;
- Associações favoráveis com outras entidades;
- Localização estratégica;
- Boa política tributária;
- Descoberta de talento e recursos; e
- Intervenção governamental favorável.

² CATLETT, George R. e OLSON, Norman o. *Accounting for Goodwill*. New York: American Institute of Certified Public Accountants. 1968. cit. p. 20-21

³ Op. cit.

Conforme visto, os fatores que dão origem ao goodwill podem ser identificados, porém a avaliação e a associação de parcelas deste excesso a ativos individualmente é que em alguns casos se torna impraticável.

GOODWILL NEGATIVO

Este conceito é explicado por Hendriksen⁴ da seguinte forma: se o goodwill é definido como um valor a mais vinculado a representação de um grupo de atributos favoráveis e não identificáveis pelos ativos que contribuem com este excesso, seria difícil visualizá-lo como sendo negativo. Se o valor global de uma firma fosse menor que o valor global dos ativos considerados individualmente, os donos anteriores ter-lhes-iam vendido separadamente. Todavia, o valor do goodwill não poderia existir e o montante pago pela firma representaria o valor dos ativos considerados separadamente, e este total é o que seria contabilizado.



Na avaliação do conceito (2) de Hendriksen, isto é, valor presente dos superlucros, entendemos que não seria racional adquirir um patrimônio em que as expectativas de resultado fossem negativas, salvo situação muitíssimo especial.

Como maior avaliação contábil, o goodwill não pode ser negativo porque se o preço total pago por um negócio é menor que o custo de reposição dos ativos, isto é uma evidência que os ativos não são avaliados pelo seu custo de reposição. Em geral, contadores relutam em registrar ativos a valores menores que os custos correntes de reposição. Mas, se os ativos são registrados por seu custo original do início da empresa e a alocação é feita a menor, a diferença é a valoração contábil negativa, o que seria tido, inapropriadamente, como goodwill negativo.

⁴ HENDRIKSEN, Eldon S. Accounting Theory. Homewood: Richard D. Irwin, 1964.

CONTABILIZAÇÃO DO GOODWILL

Na opinião Hendriksen⁵, os custos incorridos em uma empresa, para melhorar seus futuros resultados são geralmente regis-trados como despesas, a menos que eles possam ser diretamente associados a algum ativo específico tangível ou intangível. A menos que o goodwill represente vantagens não associadas a ativos especificamente identificáveis quando adquirido no curso normal do negócio, ele não é tido como um ativo, ainda que futuros períodos sejam beneficia-dos.

As principais razões que amparam esta prática são a inabilidade para identificar e mensurar o goodwill criado em cada período e falta de algum método lógico de associação destes custos com alguma receita em períodos futuros.

O boletim nº 43 da AICPA recomenda que todos os intangíveis devam ser registrados pelo custo de aquisição adicionado dos custos imediatos de transferência. Esta prática não aparenta vantagem a ser obtida pela empresa no intuito de capitalizar o goodwill adquirido. Se há evidência de que cada atributo deve ser relevante para a avaliação da investida pelo investidor, a capitalização não determinará o valor da firma, porque algumas alterações no valor da empresa ocorrem por outras razões sobre as quais a administração não tem controle, como mudanças no cenário econômico por fatores políticos

Enquanto não se resolvam as controvérsias para o tratamento de goodwill não adquirido, as seguintes discussões retratam primariamente o goodwill adquirido por um pagamento global na aquisição - custo total da operação em excesso do montante que pode ser associado com cada ativo tangível ou intangível.

Most ⁶ afirma que o goodwill citado anteriormente nos tipos (1) e (3) são registrados de forma idêntica. Por outro lado, os gastos destinados a propiciar a geração de lucro em excesso são debitados para despesas. Nos EUA, em algumas empresas, o goodwill é debitado contra o Patrimônio Líquido, a uma conta chamada de Capital Surplus, que se configura como uma espécie de capital excedente.

⁵ Op. cit.

⁶ Most, K.S. Accounting Theory; 2ª Ed. Columbs, Ohio, 1982

As empresas não registram o goodwill do tipo (2), criado ou mantido, devido a dificuldades quanto a objetividade.

Quanto ao goodwill negativo, Iudícibus⁷ manda reduzir proporcionalmente ao valor dos ativos fixos (exceto títulos negociáveis mantidos como investimento). Entretanto, o valor residual do goodwill negativo deverá ser gradualmente creditado em 40 anos. Acreditamos que, se aceitamos a amortização, deveríamos fazer no caso do goodwill negativo ou positivo. Devendo ser considerado como conta retificadora (ou crédito diferido) e creditado para resultado no período que for considerado razoável.

Como dificilmente alguém adquiriria um empreendimento com perspectivas desfavoráveis (e por isso um goodwill negativo, desde que definido como a diferença entre o preço pago e ativos líquidos realizados da adquirida), é possível que o goodwill negativo seja mais consequência de diferenças de avaliação do que fatores "puros" de goodwill, embora esta última hipótese não seja impossível.

Horngren⁸ cita que numa tendência histórica ao conservadorismo muitos administradores e contadores insistem que alguns ativos intangíveis têm vida útil ilimitada. Porém o Conselho de Princípios de Contabilidade determinou que os intangíveis têm que acabar desaparecendo. As atividades dos órgãos regulamenta-dores diante da contabilização dos ativos intangíveis ficaram cada vez mais conservadoras na década de 70. A existência de amortização, não retroagiu e muitas empresas hoje amortizam o goodwill, o que antes não era feito.

Iudícibus⁹ argumenta que amortizar o goodwill em um certo número de anos ou manter intacto seu valor ou mesmo diminuí-lo do patrimônio tem defesas bastante atrativas a seu favor. No caso de mantê-lo intacto o goodwill é um ativo intangível de vida ilimitada ou não determinável com exatidão. Entretanto, isto só seria possível se registrássemos o goodwill criado ou se houvesse uma evidência de que, a pesar de ter deixado de existir as circunstâncias da época de

⁷ Op. cit.

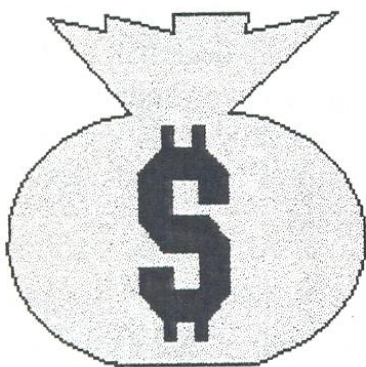
⁸ HORNGREN, Charles T. *Introdução à Contabilidade Gerencial*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil LTDA. 1985. cit. cap 17

⁹ Op. cit.

aquisição, a empresa conseguiu manter uma política de gastos com fatores que criam goodwill suficiente, pelo menos, para manter o valor original.

ASPECTOS CONTÁBEIS DO GODWILL

Iudicibus¹⁰ observa que o verdadeiro goodwill somente surgirá se os ativos e passivos da entidade adquirida ou fundida for avaliado por algum tipo de valor de mercado, de entrada ou de saída. Caso isso não tenha sido feito, o goodwill é uma mistura de goodwill puro e outras diferenças de avaliação.



Segundo Nakamura¹¹, o goodwill não pode ser confundido com as diferenças existentes entre a avaliação contábil a custo histórico dos ativos e passivos da empresa e seus valores correntes no mercado, de vez que tal defasagem se deve mais a problemas de atrelamento da contabilidade a princípios e convenções que a impedem, por hora, de avaliar os ativos e passivos a valores correntes. Essa mesma

autora ainda considera que goodwill representa o que o patrimônio líquido consegue ter de valor se negociada a empresa como um todo, acima do que seria obtido com a negociação de cada ativo individualmente a preços de mercado.

CONCLUSÕES

Nos conceitos abordados de goodwill, observa-se o seguinte:

- O goodwill criado pela empresa no decorrer das suas atividades não pode ser contabilizado. Isto se deve ao fato da empresa ter seus ativos registrados em obediência o princípio do custo histórico como base de valor e aos postulados do conservadorismo, objetividade e uniformidade.

¹⁰ Op. cit.

¹¹ NAKAMURA, Angela Mie. *Avaliação das Participações Societárias*. 1ª Edição. Brasília : Brasiliense. 1990. cit. p. 178

- Quando se adquire uma participação no capital de outra empresa tendo-se de registrar este ativo pelo método da equivalência patrimonial admite-se o registro deste goodwill adquirido, que pode estar embutido no ágio ou deságio, isto é, o valor patrimonial é superado pelo total dos ativos líquidos a preço de mercado, e este por sua vez é superado pelo preço efetivamente pago. Este fato nos conduz a dedução que os institutos ágio e deságio foram criados pela Instrução CVM Nº- 01 em seus artigos XX a XV para legalizar a contabilização do goodwill adquirido.
- O goodwill não tem essência científica, pois absorve uma série de atributos subjetivos não identificáveis especificamente por ativos, mas que, sabe-se, existem e são reconhecidos por quem os paga. Porém, esta dificuldade praticamente desapareceria caso os bens e direitos componentes do ativo fossem registrados por seus valores econômicos.



BIBLIOGRAFIA

1. CHAMBERS, "A Study of Price Level Study". Abacus. Vol II. Dezembro/1966, cit. p. 99.
2. IUDÍCIBUS, Sérgio. Teoria da Contabilidade. 4ª Edição. São Paulo: Editora Atlas. 1994. cit. p.178.
3. CATLETT, George R. e OLSON, Norman O. Accounting for Goodwill. New York : American Institute of Certified Public Accountants. 1968. cit. p. 20-21.
4. HORNGREN, Charles T. Introdução à Contabilidade Gerencial . 5ª Edição. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil LTDA. 1985. cit. cap17
5. NAKAMURA, Angela Mie. Avaliação das Participações Societárias. 1ª Edição. Brasília : Brasiliense. 1990. cit. p. 178

* Mestrando em Ciências Contábeis FAF/UERJ